

PRESERVAÇÃO DE ACERVOS

Conservação e Segurança de Acervos Culturais

Solange Rocha*

O ato de preservar encontra-se diretamente relacionado ao fator memória. Preserva-se a memória através de sua representação em texto ou objeto bi ou tridimensional. É por intermédio dessa memória que preservamos cada povo e cada nação.

Preserva-se não só pelo valor intrínseco de um documento/objeto, mas principalmente pelo ato de se perpetuar, estender o tempo. Entretanto, a representação gráfica da memória existe em arquivo e só adquire sentido memorial quando é preparada para ser recebida pelo sujeito, isto é, quando é disponibilizada ao máximo, encontrando dessa forma seu sentido de extensão no tempo. Na Roma Antiga o *monumentum* tinha como objetivo preservar a glória do presente ou de personagens notáveis representados em edificações, vinculando a memória ao Poder e à intimidação dos outros.

No século XVIII, após vários anos da destruição gerada pelas constantes guerras, greves e revoluções, começou a ser formada na Europa a idéia de patrimônio, na qual resgatar/preservar o passado foi visto como uma tentativa de salvar o que vinha sendo destruído. Iniciou-se, a partir daí o processo de inventário e de estruturação de técnicas e doutrinas de Preservação e Restauração.

Foi nas décadas de 30 e 40 do século passado que se começou a pesquisar métodos científicos de combate à deterioração dos acervos históricos. As pesquisas desenvolvidas por norte-americanos e europeus, passaram a nortear uma nova metodologia de atuação frente aos restauradores e responsáveis por coleções/acervos. Cumpre ressaltar que os pioneiros da área de conservação se guiavam por princípios muito diferentes dos atuais. Os objetos eram expostos e armazenados e, somente aqueles que eram considerados “de valor histórico e artístico” eram selecionados para serem restaurados e expostos, o restante era ocultado do público.¹

* Historiadora e especialista em restauro de documentos e de obras de artes sobre tecido e papel. Atua no Museu de Astronomia e Ciências Afins - RJ.

¹ “A conservação, sob todos os aspectos, continuaria então a promover estratégias asseguradas diante da ameaça de desaparecimento dos signos culturais da identidade ...” Henri- Pierre Jeudy - Memórias do Social, 1ª ed., 1990.

A conservação preventiva adaptou-se aos diferentes tipos de coleções e suportes, utilizando o desenvolvimento tecnológico para iniciar uma nova visão de tratamento preventivo. Foi somente por volta da década de 40 do século XX que esse processo chegou ao Brasil e muitas medidas foram tomadas ao longo dos últimos 30 anos, a respeito da preservação do nosso patrimônio. O próprio conceito de restauração vem mudando radicalmente desde o início da década de 80 até os dias atuais. Enquanto outrora se verificava a necessidade de restaurar tudo o que fosse histórico e memória, agora a preocupação passou a ser com a preservação no sentido da conservação preventiva.

O conservador e o restaurador estão muito mais atentos ao o quê e ao por quê preservar, buscando aprofundar pesquisas científicas e métodos preventivos, de forma a intervir o mínimo necessário nos acervos, apoiando o conceito que enfatiza a necessidade de medidas conservativas, nas quais o restauro possa ser evidenciado de forma distinta e divulgada. A idéia original da obra deve ser mantida ao longo do tempo, registrando fielmente o momento social em que foi concebida.

Definição de conceitos específicos

A preservação tem como finalidade máxima manter a integridade da informação contida em um determinado suporte. O objeto de cuidados do restaurador é o suporte da informação, na medida em que este é o veículo da memória de um determinado grupo social. Preserva-se tudo aquilo que se traduz como patrimônio de uma nação, tudo o que revela sua origem e sua história; conserva-se todo documento histórico que se encontra com sua integridade física afetada e restaura-se um documento quando este estiver com sua “funcionalidade” interrompida por um problema estrutural ou estético. A restauração terá como limite de intervenção a própria integridade física do suporte, assegurando-se que, ao intervir, estaremos apenas prolongando a durabilidade do documento, mas não o estaremos perpetuando.

O primeiro ponto a ser elaborado, quando da estruturação de uma Política de Preservação, é o de traçar os princípios e normativas de ação a serem aplicados de forma gradual, através de um programa de preservação, com etapas específicas de diagnóstico, higienização, condições de acondicionamento e restauro de bens culturais. A instituição que possuir a salvaguarda de um bem cultural deve estar ciente de que seu papel tutelar integra aspectos de seleção/aquisição, processamento

técnico, pesquisa, acesso, disseminação, documentação do acervo, conservação/restauração e segurança. A Política de Preservação deve ser amplamente divulgada na instituição, comprometendo, ao ser traçada, todas as áreas de atuação, garantindo, dessa forma, o envolvimento de todos os funcionários.

É fundamental que fique bem claro qual o perfil da instituição; a quem ela se dirige; que tipo de acervo possui e deseja adquirir; quais áreas abrange e qual a sua linha de atuação, definindo claramente suas missões e objetivos.

Políticas e estratégias de preservação

O primeiro passo para se ter uma estratégia de preservação é o estabelecimento de responsabilidades e prioridades institucionais. Desde o primeiro momento deve-se estabelecer a quem cabe o quê - o quê cabe a cada membro do quadro funcional.

O Diretor da instituição é o primeiro responsável por todas as questões relativas à preservação do acervo institucional, cabendo a ele definir a responsabilidade de cada funcionário. A partir de então, cada responsável deve definir os limites de atuação dos membros de sua equipe, elegendo as prioridades a serem observadas quanto ao acervo, seja ele arquivístico, museológico ou bibliográfico, traçando planos de aquisição, disseminação e acesso; metas de ampliação; planos de emergência, segurança e de rescaldo, divulgando-os entre o maior número possível de funcionários.

Os programas de ação e manutenção devem considerar:

- características físico-químicas e estruturais do bem cultural e sua quantidade;
- condições ideais de conservação do bem cultural;
- recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis;
- espaço físico adequado para armazenagem, processamento, consulta/pesquisa e exposição.

O *diagnóstico* do estado de conservação do acervo é o primeiro procedimento a ser tomado, antes da definição de qualquer medida de conservação/restauração a ser adotada. Dependendo do estado de conservação em que se encontra o documento em questão, o diagnóstico pode ser feito de forma superficial,

requerer um levantamento minucioso, ou até exames técnicos-científicos mais elaborados. O procedimento deve ser o mais documentado possível: de forma escrita, fotografada e também com a utilização de desenhos, quando houver necessidade de detalhar algum aspecto específico. O processo pode ser executado através da observação visual simples com luz local, da observação com uso de lentes de aumento, da análise estratigráfica ou microscópica, da observação visual com a utilização de raios ultravioleta e de fotografias com radiação infravermelha e ainda de análises e experimentos em laboratórios científicos.

A *higienização* segue alguns princípios básicos, tanto no que se refere ao ambiente, quanto em relação à higienização direta do acervo. Faz-se necessário o treinamento e a orientação dos profissionais que lidam direta ou indiretamente com ele, de forma a evitar acidentes ambientais que prejudiquem o bem cultural exposto ou armazenado. Deve-se buscar o mínimo de intervenção no acervo, principalmente quanto ao uso de produtos químicos, tanto no ambiente, quanto diretamente na superfície do objeto/documento.

A aeração do ambiente é um fator fundamental, pois evita o acúmulo de poeira sobre o acervo, fato nocivo, uma vez que esta, além de transportar fungos, possui capacidade higroscópica. É fundamental conhecer a fragilidade da coleção, de forma a prevenir qualquer dano que possa vir a ocorrer, optando-se por métodos mais simples e seguros.

A *instalação física* inadequada é o que, normalmente, mais contribui para o surgimento de danos para a preservação de um bem cultural. Entre os problemas mais comuns que devem ser evitados podemos citar: encadernações feitas inadequadamente ou em estado de conservação comprometido; excesso de documentos dentro de caixas, o que ocasiona a compactação dos papéis dentro delas; superlotação de prateleiras, o que pode colocar em risco as capas dos códices e as suas lombadas, além de causar possíveis danos às próprias caixas no momento da retirada. Por outro lado, os documentos guardados com sobras de espaço podem vir a sofrer com a possibilidade de curvatura. Muitos documentos acondicionados dentro de caixas, quando separados por folhas ácidas podem absorver a acidez do papel, e o costume de se amarrar os documentos com barbantes ou fitas pode provocar tensão e funcionar como “serrote” nas folhas.

O material utilizado para revestir pisos e paredes também requer atenção, pois cada área deve ter um tipo adequado ao seu funcionamento. Materiais adequados aumentam a segurança do acervo e das pessoas que utilizam o ambiente.

Outro ponto crítico para a conservação adequada é a *climatização*, pois esta, quando é feita de forma inadequada, ocasiona sérios danos para o acervo. Umidade relativa (UR) alta somada à temperatura (T) elevada favorece o crescimento e o desenvolvimento de fungos, que vão degradar o suporte, podendo também desencadear o surgimento de substâncias ácidas, o que vai ocasionar, desde a diluição de aglutinantes, até o aumento das dimensões do objeto e, no caso dos metais, também ocasiona a corrosão.

Por outro lado, a combinação de umidade relativa (UR) baixa com a temperatura (T) baixa, também ocasiona problemas como a perda de flexibilidade, contrações, torções e rachaduras e endurecimento de aglutinantes. O ideal é manter um grau adequado de temperatura e um percentual estável de umidade relativa ambiental, evitando variações constantes.

Para os suportes em papel os parâmetros recomendáveis variam entre 20 e 24° C e a umidade relativa (UR) deve variar entre 50 a 60 %, sendo que são aceitáveis oscilações de 2° de T e 10% de UR. Documentos considerados não-convencionais (fotos, tecidos, etc) exigem parâmetros específicos e bem diferenciados de temperatura e umidade, devendo ser cada caso visto individualmente.

O primeiro passo para se adotar um sistema de climatização consiste em observar as variações climáticas exteriores durante todas as estações do ano e os seus efeitos no interior do prédio. Para tanto pode-se recorrer ao auxílio de aparelhos específicos como os higrômetros e termo-higrômetros, que medem, respectivamente, a umidade relativa e a temperatura e a umidade relativa; os higrógrafos e os termo-higrógrafos, que além de medir a umidade e a temperatura, emitem gráficos de acompanhamento da leitura e são ideais para a utilização em locais que permanecem fechados. O psicrômetro giratório ou de aspiração é imprescindível para leituras mais precisas e também para a calibragem periódica dos higrômetros e de outros aparelhos combinados. A carta psicométrica auxilia o técnico nas decisões de transporte dos objetos ou na projeção das alterações que podem se dar pelas trocas bruscas de temperatura, caso da condensação e do ressecamento.

É recomendável a utilização de condicionadores de ar com termostato, desumidificadores/umidificadores e ventiladores com o objetivo de manter uma boa circulação de ar no ambiente.

A *iluminação* é outro aspecto que pode vir a causar danos para o acervo, se for feita de forma inadequada. Tanto o Sol quanto as lâmpadas fluorescentes e as incandescentes emitem radiações eletromagnéticas causadoras de danos ao documento/acervo, principalmente no que se refere aos papéis, fotografias, couros, pergaminhos e às tintas, com a alteração da cor dos corantes e das tintas, ocasionando o empalidecimento do tom, o amarelecimento dos aglutinantes e dos vernizes, sendo que estes últimos também perdem a flexibilidade. Papéis e tecidos sofrem alterações na sua estrutura, tornando-se quebradiços, amarelecidos e frágeis.

Deve-se analisar os danos levando-se em conta o tempo de exposição à luz e o grau de fragilidade do material exposto, sendo ideal a utilização de filtros nas janelas, clarabóias, portas, vitrines ou em quaisquer outros tipos de aberturas. Pode-se minimizar o efeito da luz fluorescente utilizando calhas de vidro fosco, acrílico ou filtros e, para prevenir os efeitos nocivos da luz incandescente, deve-se procurar afastá-la ao máximo dos objetos e climatizar o ambiente e mantê-lo sempre bem ventilado, lembrando sempre que quando este não estiver sendo usado as luzes devem ser apagadas.

Aparelhos como o luxímetro, que mede a intensidade de luz no ambiente, o fotômetro, que mede o efeito térmico da luz infravermelha e o ultraviômetro, que mede a radiação ultra-violeta, podem ajudar na análise e posterior minimização dos danos causados pela aplicação incorreta da luz em um ambiente.

Também a *desinfestação* deve ser bem avaliada e estudada, de forma a poder atingir plenamente seus objetivos. Suportes orgânicos estão sujeitos a ataques de agentes biológicos, quais sejam, microorganismos vários, fungos e bactérias. Espaços de acondicionamento úmidos, quentes, escuros e de pouca ventilação, localizados em regiões tropicais, propiciam o surgimento e crescimento de microorganismos e insetos.

Os microorganismos classificam-se em fungos e bactérias, algas e protozoários e seu tratamento consiste em identificar o tipo, isolá-lo e compará-lo aos outros através de uma análise laboratorial, com a ajuda de um micologista.

Ao se procurar um tratamento deve-se utilizar produtos químicos que tenham as seguintes características:

- ação biocida, visando à eliminação do fungo, sem afetar o ser humano;

- estabilidade química e inocuidade para o material que está sendo diretamente tratado e para o que estiver próximo ao documento em questão;
- alta permanência sem aumentar a capacidade de combustão do material;
- fácil aplicabilidade.

Os insetos podem ser considerados como o fator orgânico mais devastador dos bens culturais, pois possuem características que permitem a adaptação imediata a diferentes tipos de meio ambiente. São, na grande maioria, lucífugos, ou seja, preferem ambientes escuros, onde buscam alimentos e proteção, para se reproduzirem. Costumam resguardar a camada externa do objeto, de forma a manter o ambiente propício à sua reprodução. Os insetos - traças, piolho, barata, cupins ou térmitas (de solo e de madeira seca) e brocas - exigem uma constante fiscalização, devendo-se identificar o mais rápido possível o tipo de infestação e sua dimensão. Ressalte-se que o mesmo procedimento deve ser utilizado em relação aos roedores. O tratamento habitual de desinfestação, seguido de higienização, deve ser repetido de 6 em 6 meses.

É muito importante que a *especialização do quadro institucional* seja incentivada, obedecendo às seguintes diretrizes:

- internamente, com troca de experiência entre os pares ou através de workshops com técnicos especializados de fora do quadro funcional;
- fora da instituição, através da frequência a cursos qualificados, de acordo com as áreas de atuação de cada membro da equipe.

É necessário ficar atento para não permitir um desequilíbrio entre os membros da equipe que lida diretamente com o acervo, pois isto poderia vir a comprometer a integridade da coleção, gerando danos muitas vezes irreversíveis. As decisões devem ser tomadas de comum acordo entre todos os que lidam com o objeto da coleção, pois o compromisso comum gera maiores benefícios no âmbito da segurança do bem cultural.

Seguindo-se estes princípios e cuidados pode-se ter certeza que o processo de preservação estará definitivamente encaminhado, mas é fundamental não descuidar do processo maior que é a estruturação de uma equipe com fortes fundamentos acadêmico-científicos, trabalhando de forma efetiva e se aperfeiçoando constantemente.

BIBLIOGRAFIA

- JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Tradução Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. 146 p. (Coleção Ensaio&Teoria)
- WARD, Philip. **La Conservación del Patrimonio**: carrera contra reloj. USA: The Getty Conservation Institute, 1992.
- MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS/MUSEU DA REPÚBLICA (Brasil). **Política de preservação de acervos institucionais**. Rio de Janeiro: MAST, 1995. Trabalho desenvolvido por profissionais de diversas instituições.
- FIALHO, Edson. Preservação. **Revista Museus**. Edição Brasileira, 2002.
- ACEVES, Maria Isabel Dominguez. La Conservación del Patrimonio Cultural en La Actualidad. **El Correo Del Restaurador**, n. 6, educación social para la conservación, 2003.